



UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA – UFDPAr
CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO – CMRV
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – CCC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIA LUCELIA SOUSA DE FREITAS
POLIANA DO NASCIMENTO SOUSA
RAYANE MARIA DE CARVALHO MORAIS

**CONTABILIZAÇÃO DAS PLANTAS PORTADORAS: ADESÃO A NBC TG 27 PELAS
EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS LISTADAS NA BRASIL, BOLSA E BALCÃO (B3)**

PARNAÍBA-PI

2023

MARIA LUCELIA SOUSA DE FREITAS
POLIANA DO NASCIMENTO SOUSA
RAYANE MARIA DE CARVALHO MORAIS

**CONTABILIZAÇÃO DAS PLANTAS PORTADORAS: ADESÃO A NBC TG 27 PELAS
EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS LISTADAS NA BRASIL, BOLSA E BALCÃO (B3)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Delta do Parnaíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Me. Ronaldo da Silva Araujo

PARNAÍBA-PI

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba
Biblioteca Central Prof. Cândido Athayde
Serviço de Processamento Técnico

F866c Freitas, Maria Lucélia Sousa de

Contabilização das plantas portadoras: adesão a NBC TG 27 pelas empresas sucroalcooleiras listadas no Brasil, bolsa e balão (B3) [recurso eletrônico] / Maria Lucélia Sousa de Freitas, Poliana do Nascimento Sousa, Rayane maria de Carvalho Morais. – 2023.

1 Arquivo em PDF.

TCC (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2023.

Orientação: Prof. Me. Ronaldo da Silva Araujo

1. Contabilidade. 2. NBC TG 27. 3. Plantas Portadoras. 4. Mensuração e Reconhecimento.
I. Sousa, Poliana d Nascimento. II. Morais, Rayane Maria de Carvalho. III. Título.

CDD: 657

MARIA LUCELIA DE SOUSA FREITAS
POLIANA DO NASCIMENTO SOUSA
RAYANE MARIA DE CARVALHO MORAIS

**CONTABILIZAÇÃO DAS PLANTAS PORTADORAS: ADESÃO A NBC TG 27 PELAS
EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS LISTADAS NA BRASIL, BOLSA E BALCÃO (B3)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: 21/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ronaldo da Silva Araújo (Orientador)
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Prof. Dr. Egídio Carlos Vieira
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Prof. Me. Nivianne Lima dos Santos Araújo
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

AGRADECIMENTOS

Hoje, com imensa gratidão, concluímos uma das etapas mais significativas de nossas jornadas acadêmicas, nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Neste momento especial, desejamos expressar nossos sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste feito.

Agradecemos, em primeiro lugar, a nós mesmos, por termos acreditado em nosso potencial individual e por termos trabalhado em equipe, superando os desafios e conquistando nossos objetivos.

Às nossas amadas famílias, pilares fundamentais em nossas vidas, o apoio incondicional de vocês foi imprescindível para que pudéssemos chegar tão longe. Obrigada por nos incentivarem a sempre darmos o nosso melhor e por estarem ao nosso lado, compartilhando nossas alegrias e dificuldades.

Agradecemos também a Deus, força divina que nos guiou em cada etapa desse percurso acadêmico, iluminando nossos caminhos e nos dando forças nos momentos de incerteza. Sua graça e proteção foram fundamentais para que nos mantivéssemos firmes diante dos desafios.

Não podemos deixar de mencionar os demais envolvidos nesta jornada. Aos nossos professores e orientadores, pela paciência, conhecimento e dedicação ao nos auxiliarem na construção deste trabalho. Cada orientação e conselho nos direcionou para o melhor resultado.

Aos amigos que estiveram ao nosso lado, compartilhando o conhecimento, oferecendo palavras de incentivo e momentos de descontração, vocês tornaram essa caminhada ainda mais especial e significativa.

Por fim, agradecemos a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Este momento é nosso, de todos que fazem parte de nossas histórias, e dedicamos a vocês esta conquista, pois sem cada um, não seria possível. Que a vida nos reserve mais desafios a serem superados, e que possamos celebrar juntos cada vitória.

RESUMO

Com as alterações trazidas pela convergência aos padrões internacionais de contabilidade e para atender às necessidades dos usuários de informações, a NBC TG 27 incorporou as plantas portadoras ao seu escopo, levando as empresas a reclassificarem seu ativo imobilizado. Esta pesquisa tem como objetivo verificar se as empresas sucroalcooleiras, listadas na B3 no período de 2017 a 2021, atenderam aos requisitos estipulados pela NBC TG 27 para mensuração e reconhecimento de suas plantas portadoras como ativo imobilizado. Quanto à metodologia, este estudo se classifica como de natureza quantitativa e descritiva, sendo caracterizado, em relação aos procedimentos, como bibliográfico e documental. A coleta dos dados foi realizada por meio do site da B3, e a análise foi conduzida a partir da aplicação de um *checklist* nas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas das empresas. Com os objetivos atendidos e proposições testadas, concluiu-se que, em geral, as empresas contabilizam as plantas portadoras conforme a norma. Entretanto, foi observado que algumas não fornecem informações concisas em suas notas explicativas, o que pode resultar em uma falha no fornecimento de informações claras e completas.

Palavras-chave: NBC TG 27, plantas portadoras, mensuração e reconhecimento.

ABSTRACT

With the changes brought by the convergence to international accounting standards and to meet the needs of information users, NBC TG 27 incorporated bearer plants into its scope, leading companies to reclassify their property, plant, and equipment. This research aims to verify if the sugarcane and alcohol companies, listed on B3 from 2017 to 2021, complied with the requirements stipulated by NBC TG 27 for the measurement and recognition of their bearer plants as property, plant, and equipment. Regarding the methodology, this study is classified as quantitative and descriptive, characterized, in terms of procedures, as bibliographic and documentary. Data collection was performed through the B3 website, and the analysis was carried out by applying a checklist to the consolidated financial statements and explanatory notes of the companies. With the objectives achieved and propositions tested, it was concluded that, in general, companies account for bearer plants following the standard. c

Keywords: NBC TG 27, bearer plants, measurement, and recognition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	–	Empresas do setor de consumo não-cíclico.....	25
Quadro 2	–	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos.....	27
Quadro 3	–	<i>Checklist</i> de mensuração e divulgação de acordo com a NBC TG 27..	27
Quadro 4	–	<i>Checklist</i> dos resultados da análise	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Valores das plantas portadoras analisadas nas demonstrações financeiras da Raizen	29
Tabela 2	- Valores das plantas portadoras analisadas nas demonstrações financeiras da Jalles	32
Tabela 3	- Valores das plantas portadoras analisadas nas demonstrações financeiras da São M	34
Tabela 4	- Valores das plantas portadoras analisadas nas demonstrações financeiras da Tereos	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Tema e sua Contextualização	12
1.2	Problema e lacuna de pesquisa	13
1.3	Pergunta de Pesquisa	14
1.4	Objetivos	14
1.4.1	<i>Objetivos Geral</i>	14
1.4.2	<i>Objetivos Específicos</i>	14
1.5	Ângulo de Abordagem	14
1.6	Hipóteses ou Proposições de Pesquisa	15
1.7	Justificativas	15
1.8	Estrutura do trabalho	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Teoria da Divulgação	18
2.2	Agronegócio e setor sucroalcooleiro brasileiro	19
2.3	Empresas sucroalcooleiras na B3	20
2.4	Convergência das normas contábeis e o <i>value relevance</i>	20
2.5	Ativo biológico e a NBC TG 29	21
2.6	Plantas portadoras e a NBC TG 27	22
2.7	Pesquisas anteriores	24
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	27
3.1	Classificação da pesquisa	27
3.1.1	<i>Unidade de Análise, População e Amostra</i>	27
3.1.2	<i>Coleta dos Dados</i>	28
3.1.3	<i>Análise dos Dados</i>	28
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
4.1	Apresentação e Análise dos Resultados	31
4.1.1	<i>Raizen Energia S.A.</i>	31
4.1.2	<i>Jalles Machado S.A</i>	33
4.1.3	<i>São Martinho S.A</i>	35
4.1.4	<i>Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.</i>	38
4.1.5	<i>Checklist</i>	40

4.2	Discussão dos resultados	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e sua Contextualização

A contabilidade é uma ciência social aplicada que gera informações a partir da análise de elementos patrimoniais e informa seus usuários sobre os aspectos modificativos decorridos ao longo do exercício contábil (CASAGRANDE, 2018). Esta ciência divide-se em diversos ramos, tendo como objeto de estudo o patrimônio das empresas (BRANDÃO *et al.*, 2020). No Brasil, a contabilidade rural é uma das áreas que ganha destaque, dada às necessidades dos empresários rurais em administrar seus negócios a fim de maximizar seus resultados (FONSECA *et al.*, 2015).

Em busca da evolução e padronização da contabilidade, a partir de 2010, o Brasil adotou normas internacionais de contabilidade conhecidas como *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) (SILVA *et al.*, 2022). Visando a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio da Resolução CFC n.º 1.055/05 (BANDEIRA; LEITÃO, 2018). Essa convergência consiste na tradução e adaptação das IFRS/IAS em Pronunciamentos Técnicos, os quais deverão ser assinados por entidades reguladoras como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (NASCIMENTO *et al.*, 2022).

A partir da adoção aos padrões internacionais, os relatórios contábeis financeiros das entidades tiveram mudanças e se alinharam ao padrão contábil de mais de 100 países (QUELUZ; SILVA; NARDI, 2018). Tais mudanças na maneira de elaborar esses relatórios geram efeitos na forma de avaliação, reconhecimento e mensuração de determinados grupos de contas dos demonstrativos financeiros (BANDEIRA; LEITÃO, 2018). Em 2010, iniciaram-se as revisões dos CPCs (ou Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Geral, as NBC TG) para que as novas normas implementadas estivessem de acordo com a realidade das empresas. Já em 2015, foi aprovada a Revisão de Pronunciamentos Técnicos n.º 08, gerando alterações nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2016 (QUELUZ; SILVA, 2018).

Nessa revisão, plantas portadoras, que eram anteriormente tratadas pela NBC TG 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, passaram a ser tratadas pela NBC TG 27– Ativo Imobilizado (BANDEIRA; LEITÃO, 2018). A NBC TG 27 define planta portadora como uma planta viva usada na produção ou para fornecer produtos agrícolas, cultivada para produção de frutos por mais de um período e é remotamente provável que seja vendida como produto agrícola, salvo para uma venda inesperada como sucata (NBC TG 27, 2009).

Com a norma nível internacional IAS 16, vigente a partir de 2016, as plantas portadoras, antes regidas pela NBC TG 29, passaram a ser consideradas como ativo imobilizado das empresas, dado os problemas enfrentados pelas companhias para avaliar esses ativos (SILVA, 2015). Os problemas associados a não existência de mercado ativo fizeram com que as plantas portadoras, que na NBC TG 29 (IAS 41) eram mensuradas a valor justo, passassem por uma revisão em sua forma de mensuração, alterando-se para o custo histórico (PENHA *et al.*, 2018).

Valor justo é tratado na NBC TG 46 - Mensuração a Valor Justo como uma mensuração baseada em mercado e não sendo uma mensuração específica de uma entidade (NBC TG 46, 2012). O comitê de pronunciamentos contábeis determina na NBC TG 29 que ativos biológicos devam ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no reconhecimento inicial e ao final de cada período (MIKUSKA, *et al.*, 2018).

A NBC TG 00 – Estrutura Conceitual traz a definição de custo histórico como sendo uma forma de mensuração que oferece informações monetárias sobre ativos e passivos, assim como receitas e despesas, utilizando informações provindas do preço da transação ou outro evento que deu origem a elas (NBC TG 00, 2019). Para Jordão e Silva (2022), a mensuração a custo histórico das plantas portadoras implica em uma informação mais confiável e objetiva para empresas com ativos sem mercado ativo ou líquido, resultando assim em maior relevância nos fins decisórios.

1.2 Problema e Lacuna de Pesquisa

Nas demonstrações analisadas das empresas listadas na B3 entre os anos de 2010 e 2016, Dias (2018) conclui que o processo de atualização da NBC TG 29 e NBC TG 27 ainda era restrito nesse período e, portanto, seria preciso mais tempo para melhores conclusões acerca da adequação às normas referentes aos ativos biológicos e plantas portadoras. Para Lerner, Machado e Souza (2018), o reconhecimento das plantas portadoras como ativo imobilizado alterou a composição do ativo das empresas estudadas em sua pesquisa. Porém, a compreensão das informações geradas foi pouco transparente, carecendo de aprimoramento das divulgações, tanto nas demonstrações financeiras quanto nas notas explicativas.

No que tange aos setores do agronegócio, o de cana-de-açúcar teve grande participação na divulgação das plantas portadoras nos parâmetros da norma contábil atualizada (SIMÕES *et al.*, 2017). Entretanto, os autores destacam que as notas explicativas foram vagas quanto à divulgação de informações referentes à mensuração e reconhecimento das plantas portadoras no ativo imobilizado. Rosa, Vendruscolo e Souza (2021) analisaram as demonstrações de

empresas listadas na B3 no período anterior e posterior a atualização da NBC TG 27 e NBC TG 29, e concluíram que no geral houve um aumento no índice de divulgação obrigatória em relação a estudos anteriores. Para os autores, o estudo se restringiu por tratar de evidenciação com base em protocolo de investigação, portanto se abre caminho para investigar a evidenciação com dados quantitativos sobre os processos de reconhecimento e de mensuração de ativos.

1.3 Pergunta de Pesquisa

Como as empresas sucroalcooleiras listadas na B3 adotaram aos requisitos estabelecidos pela NBC TG 27, nos anos de 2017 a 2021, no que se refere à mensuração e reconhecimento das plantas portadoras como ativo imobilizado?

1.4 Objetivos

Para responder à questão de pesquisa, os objetivos foram divididos em geral e específicos.

1.4.1 Objetivo Geral

Verificar se as empresas sucroalcooleiras listadas na B3, nos anos de 2017 a 2021, adotaram os requisitos estabelecidos pela NBC TG 27 no que se refere à mensuração e reconhecimento das plantas portadoras como ativo imobilizado.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Identificar as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração e reconhecimento das plantas portadoras das empresas da amostra;
- Analisar se as técnicas de mensuração e reconhecimento das plantas portadoras como ativo imobilizado estão de acordo com a NBC TG 27; e
- Verificar como as empresas divulgam as informações referentes às plantas portadoras nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

1.5 Ângulo de Abordagem

Visando atingir os objetivos citados, o presente trabalho adotará como abordagem teórica a literatura voltada para contabilidade aplicada ao agronegócio e a aplicação das normas técnicas contábeis referentes às plantas portadoras mantidas no ativo imobilizado em empresas listadas na B3. Quanto aos métodos, o estudo analisará, por meio de um levantamento, se as demonstrações financeiras das empresas sucroalcooleiras listadas na B3 seguem os critérios estabelecidos pela NBC TG 27 na mensuração e reconhecimento das plantas portadoras como ativo imobilizado. Além disso, observará se as notas explicativas dessas demonstrações estão conforme os padrões contábeis vigentes.

1.6 Hipóteses ou Proposições de Pesquisa

Almeida *et al.* (2020), ao analisar as demonstrações financeiras de companhias, dos anos de 2014 a 2018, concluíram que tal mudança nos pronunciamentos contábeis não foi de fato favorável e que muitas empresas não separavam as plantas portadoras dos ativos biológicos em suas demonstrações publicadas, dificultando a análise da real aderência à atualização das NBCs TGs. No que se refere as notas explicativas, Lerner, Machado e Souza (2018) identificaram que a mensuração das plantas portadoras, em consonância com as alterações na norma, não foi muito clara para o entendimento das demonstrações. Ainda, os autores afirmam que essa nova forma de mensuração causou impacto no ativo das empresas analisadas. Por outro lado, Rosa, Vendruscolo e Souza (2021) constataram um crescimento na divulgação das plantas portadoras, em comparação com estudos anteriores, seja nas demonstrações ou em notas explicativas, por parte das empresas analisadas de sete setores do agronegócio.

Diante das colocações expostas, o presente trabalho aponta as seguintes proposições:

Proposição 1: As empresas sucroalcooleiras listadas na B3 estão classificando as plantas portadoras em conformidade com a NBC TG 27.

Proposição 2: As notas explicativas das demonstrações financeiras das empresas sucroalcooleiras listadas na B3 são claras quanto aos critérios contábeis utilizados na elaboração das demonstrações.

1.7 Justificativas

Com o preenchimento da lacuna teórica apontada pelo presente trabalho, observam-se outras razões que justificam sua elaboração. Ressalta-se que o agronegócio brasileiro tem uma

contribuição significativa na economia do país, gerando empregos, renda, movimentando o mercado de diversos setores e assim, contribuindo com o Produto Interno Bruto (PIB) (SPERB; PEDRON, 2020). De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), o agronegócio teve uma participação de 27,5% do PIB em 2021 (CNA, 2022). Nesse sentido, este estudo, ao analisar as empresas que atuam no agronegócio, integrantes do setor sucroalcooleiro, permite observar o desempenho dos ativos biológicos portadores nas demonstrações financeiras que, em conjunto com os outros setores, colocam o Brasil na posição de um dos maiores produtores de alimentos do mundo (SANTOS; ARAUJO, 2017).

As demonstrações contábeis fornecem informações que permitem avaliar o desempenho das empresas e, portanto, a qualidade dessas informações reflete diretamente na tomada de decisão dos usuários (MOURA *et al.*, 2017). Espera-se que a presente pesquisa possa trazer uma análise da adesão das empresas sucroalcooleiras de capital aberto a NBC TG 27, permitindo aos interessados no tema, uma breve interpretação acerca do cumprimento das normas legais por parte das empresas brasileiras.

Penha *et al.* (2018) identificaram que a produção acadêmica sobre ativos biológicos no Brasil aumentou com o passar dos anos, devido à relevância do tema. Os autores complementam que a mudança quanto ao tratamento de plantas portadoras como ativo imobilizado abre espaço para novas publicações científicas na área de mensuração e reconhecimento. Nesse sentido, o presente estudo justifica-se pelo fato de contribuir com o número de pesquisas que estudam a divulgação das informações requeridas pelo pronunciamento contábil que trata sobre as plantas portadoras. Visto que a obrigatoriedade da classificação das plantas portadoras como ativo imobilizado iniciou-se a partir do ano de 2016 e que há um grande foco no estudo dos ativos biológicos abrangidos pela NBC TG 29, a literatura voltada para o tema ainda não é muito desenvolvida (ALMEIDA *et al.*, 2020; BANDEIRA; LEITÃO, 2019; LERNER; MACHADO; SOUZA, 2018; NOGUEIRA, *et al.*, 2020; OLIVEIRA; SILVA, 2015; PENHA *et al.*, 2018; QUELUZ *et al.*, 2019; SOUZA; SHIKIDA, 2020).

Ademais, no que tange ao setor sucroalcooleiro, no qual se nota grande parte das empresas com plantas portadoras, os estudos também são poucos (JORDÃO; SILVA, 2022; MIKUSKA, *et al.*, 2018; ROSA; VENDRUSCOLO; SOUZA, 2021; SANTOS; SILVA, 2018; SILVA, *et al.*, 2022). Portanto, acredita-se que as conclusões obtidas com este trabalho possam contribuir com a literatura acadêmica e ajudem aos interessados em ações de empresas sucroalcooleiras, contadores formados e em formação, administradores e aos demais usuários.

1.8 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução e seus subtópicos, referencial teórico, aspectos metodológicos, resultados e conclusão. O referencial teórico reúne a revisão da literatura pertinente ao tema. Quanto aos aspectos metodológicos, apresenta-se a unidade de análise, a população e amostra, a coleta e a análise de dados. Por fim, os resultados obtidos são mostrados a partir da seguinte divisão: apresentação e análise dos resultados e discussão dos resultados. E por último, é apresentada a conclusão do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da Divulgação

A Contabilidade visa gerar informações aos seus usuários, de forma que eles possam tomar decisões (ALVES *et al.*, 2022). Essas informações produzidas precisam ser divulgadas aos seus interessados, atendendo às especificações legais ou voluntárias (BARBOSA *et al.*, 2015). Nesse sentido, observa-se a aplicação da Teoria da Divulgação (*disclosure*), como sendo um método para estudar as razões que levam as empresas à divulgação de informações e como tal divulgação pode influenciar em sua atuação no mercado (CASTRO *et al.*, 2018).

A Teoria da Divulgação vem sendo estudada desde a década de 1960, principalmente a partir dos estudos de Verrecchia (1983), e Dye (1985) (SALOTTI; YAMAMOTO, 2005). O ensaio teórico de Salotti e Yamamoto (2005) reuniu as principais conclusões acerca da Teoria da Divulgação. Para os autores, essa teoria procura compreender a divulgação de informações e como ela pode influenciar em diversos fatores, como nas demonstrações contábeis ou na economia. Verrecchia (1983) identifica as três categorias propostas para explicar os estudos acerca da divulgação em contabilidade: pesquisa sobre divulgação baseada na associação, em julgamento e na eficiência.

A pesquisa sobre divulgação baseada na associação refere-se à influência da divulgação em fatores externos, como nas ações de agentes investidores (VIEIRA; RIBEIRO; FERREIRA, 2020). Já a pesquisa sobre divulgação baseada em julgamento está relacionada com fatores internos, ou seja, de dentro das organizações, os motivos e estímulos que levam os usuários das informações a divulgá-las ou não (AVELINO *et al.*, 2011). Por último, a pesquisa sobre divulgação baseada na eficiência estuda as preferências pelos critérios de divulgação quando os usuários ainda não detêm as informações necessárias, também podendo ser entendida o estudo dos padrões de divulgação quando não se tem noção prévia sobre as informações (RUFINO; DO MONTE, 2014).

Ainda na Teoria da Divulgação, pode-se extrair dois conceitos importantes para a Contabilidade: a divulgação obrigatória e a divulgação voluntária (CÂRAMA *et al.*, 2018). A Lei da Sociedade por Ações, Lei 6.404/1976, foi um dos marcos para a regulamentação das sociedades empresariais e da elaboração de suas demonstrações financeiras, assim como as atualizações posteriores à sua publicação (ARAUJO; PUREZA; SILVA, 2015). Essa lei exemplifica a divulgação obrigatória, que consiste na divulgação de informações a partir de leis

específicas que visam promover a confiabilidade, segurança e padronização das informações publicadas (CONSONI; COLAUTO, 2016).

A divulgação voluntária, como o nome sugere, manifesta-se pela vontade dos detentores da informação em divulgá-la quando não há determinações nas leis vigentes (BARBOSA *et al.*, 2015). Para Câmara *et al.* (2018, p. 145), “A evidenciação voluntária é o fornecimento adicional de informações estratégicas, financeiras e não financeiras pelos gestores das organizações”. Nesse tipo de divulgação, observa-se o desejo do gestor em evidenciar a imagem positiva de sua empresa com vistas a ser reconhecida no mercado, podendo captar recursos e investimentos (CONSONI; COLAUTO, 2016).

2.2 Agronegócio e setor sucroalcooleiro brasileiro

O agronegócio é um dos setores que mais impulsionam a economia brasileira, seja pela sua capacidade de produção de *commodities*, sendo um dos maiores exportadores mundiais, seja pela capacidade de gerar empregos e renda (ELGER; ANTONIO, 2020). A importância do agronegócio é resultado de diversos fatores, principalmente pela extensão territorial do Brasil e o uso de investimentos em tecnologias voltadas para a produção rural (LIMA *et al.*, 2017). Os principais setores do agronegócio brasileiro são o complexo de soja, carnes, cereais, farinhas e preparações, setor sucroalcooleiro e produtos florestais (BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO, 2022).

O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil foi uma das principais atividades implementadas no período colonial, com o desenvolvimento da produção a partir do ano de 1530 no Nordeste, devido às características favoráveis da região (ARAUJO; SOBRINHO, 2020). Séculos após a implementação dos engenhos pelos portugueses, a cana-de-açúcar coloca o setor sucroalcooleiro como um dos contribuintes essenciais para a agroindústria brasileira (SILVA *et al.*, 2021). Goes, Marra e Silva (2008), na época já apontavam observações positivas quanto ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Brasil, visto a grande capacidade produtiva nacional.

Segundo Silva (2020), o setor foi impulsionado por questões econômicas e sociais, dentre outras, a crise do petróleo, na década de 1970, e a revolução verde. Outro motivo para o progresso do setor sucroalcooleiro se dá pela introdução, no país, dos carros com motores a gasolina e álcool, em 2003, visto que foi necessária a expansão do cultivo da cana-de-açúcar para tanto (ALVES *et al.*, 2021). Além disso, em 2005, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), trabalharam em

conjunto para sistematizar a safra agrícola de cana-de-açúcar e reduzir a intervenção do governo na iniciativa privada, promovendo a liberação do mercado sucroalcooleiro (CONAB, 2010).

Atualmente, o Brasil é um dos maiores responsáveis pela produção de cana-de-açúcar no mundo e, seus produtos, (açúcar e etanol) também se destacam (SOUZA *et al.*, 2022). Para Silva *et al.* (2021), o aproveitamento completo da cana-de-açúcar, gerando vários produtos, é de grande relevância para o setor, gerando benefícios econômicos e ambientais. Esse setor continua em constante crescimento, principalmente com o aumento nas exportações para países como a China, Marrocos e Nigéria (CONAB, 2022).

2.3 Empresas sucroalcooleiras na B3

A Bolsa de Valores é uma das responsáveis pelo desenvolvimento das empresas no Brasil e está inserida no mercado de capitais, contribuindo para geração de riqueza do país, renda e empregos (COSTA *et al.*, 2022). As organizações na Bolsa de Valores, conhecida como B3, podem se enquadrar em diversos setores, como bens industriais, comunicações, consumo cíclico e consumo não cíclico (B3, 2022). Empresas do tipo sucroalcooleiras presentes na B3 fazem parte do setor chamado consumo não cíclico, que se refere a produção de bens de consumo imediato, essenciais para a população e, por esse motivo, tendem a manterem-se estáveis em cenários de crise (PANDINI, SETUPP; FABRE, 2018).

As empresas do setor sucroalcooleiro têm como subprodutos o açúcar, o etanol e algumas, a bioenergia (B3, 2022). Atualmente, de acordo com a listagem disponibilizada pela B3 (2022), há 31 empresas listadas no setor de consumo não cíclico e de vários segmentos, como agricultura e açúcar e álcool. No segmento de agricultura, são 11 empresas listadas, como a BrasilAgro e Terra Santa. Já no segmento de açúcar e álcool estão listadas as empresas Jalles Machado, Tereos Energia, Raizen Energia e São Martinho.

2.4 Convergência das normas contábeis e o *value relevance*

Com a criação do *International Accounting Standards Board* (IASB), a Contabilidade praticada ao redor do mundo passou por uma integralização devido à convergência das normas contábeis (OLIVEIRA; LEMES, 2011). Ao nível nacional, a padronização das normas contábeis no Brasil deu-se a partir das alterações previstas pela Lei 11.638 de 2007 e somente no ano de 2010, a aderência às normas internacionais tornou-se de fato obrigatória para as empresas de capital aberto (OLIVEIRA, 2022). Para tanto, o Comitê de Pronunciamentos

Contábeis, criado em 2005, foi eleito como o responsável pela adequação e emissão dos pronunciamentos contábeis, atuando em conjunto com a CVM (FREIRE *et al.*, 2022). Nesse sentido, para cada IAS há um CPC traduzido e adequado à realidade brasileira (COSTA; THEOPHILO; YAMAMOTO, 2012).

Nesse contexto, vale ressaltar a diferença entre a padronização e harmonização contábil (MELLO; CIA, 2007). Para Lima e Gonçalves (2017, p. 2), “o primeiro termo está relacionado a um conjunto de regras mais rígidas e restritas, enquanto a harmonização está relacionada a um processo que visa o aumento de comparabilidade, estabelecendo diferentes limites no seu grau de variação”. Enquanto a padronização visa unificar as normas contábeis para estabelecer um padrão ao redor do mundo, a harmonização busca diminuir as diferenças existentes entre as práticas contábeis dos países, respeitando as particularidades de cada um deles (COSTA JUNIOR *et al.*, 2018). Apesar de suas especificidades, ambos conceitos são relevantes para o processo da convergência das normas internacionais (DURIGON *et al.*, 2020).

Silva, Brighenti e Klann (2018, p. 125) entendem que “a convergência às normas internacionais proporciona a melhoria da qualidade das informações contábeis e, por conseguinte, facilita a comunicação entre as companhias e os diferentes usuários de suas informações”. Ainda, os autores observam que as informações geradas pela contabilidade, nas mãos dos gestores, podem produzir efeitos diretos no preço das ações, uma vez que influencia nas decisões de investidores. Sob essa perspectiva, pode-se observar a relação entre a relevância e as informações contábeis. Para a NBC TG 00 (2019, p. 9), “informações financeiras relevantes são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários”, para permitir a previsão de resultados futuros pelos usuários das informações.

Outro conceito que reflete os efeitos da padronização das normas contábeis nas informações econômico-financeiras das empresas é o *value relevance*. O *value relevance* é a relevância do valor contábil no âmbito do mercado de capitais, ou seja, a capacidade que as informações geradas pela contabilidade têm em impactar o desempenho das empresas no mercado (SOUZA; BORBA, 2016). Os eventos econômicos identificados pela contabilidade e apresentados nas demonstrações são capazes de promover alterações nas decisões dos gestores, investidores, acionistas e aos demais usuários da informação contábil (SILVA; SOUZA; KLANN 2017).

2.5 Ativo biológico e a NBC TG 29

Dada a convergência aos padrões contábeis internacionais, a partir da IAS 41, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu, em 2009, a NBC TG 29 como o pronunciamento referente ao tratamento a ser dado aos ativos biológicos, plantas portadoras e produtos agrícolas (OLIVEIRA; SCARMOCIN; SILVA, 2020). A NBC TG 29 foi relevante ao introduzir orientações acerca da contabilização de ativos originados do agronegócio, visto que a IAS 41 foi uma das primeiras normas a dar tratamento para ativos do setor primário (PRATA; NOGUEIRA, 2017; WANDERLEY; SILVA; LEAL, 2012). Uma das orientações trazidas pela NBC TG 29 que mais impactaram a contabilidade foi a mensuração a *fair value* (valor justo), visto que “trouxe o preenchimento de uma lacuna existente com relação às regras de mensuração e avaliação de ativos biológicos, onde sua base de mensuração, foi definida após a aprovação desse pronunciamento, de custo histórico para *fair value*” (AQUINO *et al.*, p. 5).

Segundo a NBC TG 29 (2009), animais ou plantas vivas são considerados como ativo biológico e seu reconhecimento dá-se pelo valor justo. E assim como outros ativos, o ativo biológico também deve ser reconhecido quando a entidade possuir o seu controle, sendo resultado de atividades ocorridas no passado, que gerem benefícios econômicos no futuro (NBC TG 29, 2009). Além disso, os ativos biológicos possuem diversas características no que tange as transformações biológicas, como o tempo de desenvolvimento, o custo para mantê-los, a disponibilidade de mercado ativo no momento da venda, entre outras (PRATA; NOGUEIRA, 2017).

A mensuração a valor justo dos ativos biológicos, bem como outras características desses ativos, gerou diversos debates no que tange a confiabilidade e relevância das informações e pelas transformações biológicas que esses ativos estão sujeitos (BANDEIRA; LEITÃO, 2018). Visando harmonizar os entendimentos quanto a realidade e a norma, o IASB promoveu, em 2014, uma revisão da IAS 41 (Ativo Biológico) e IAS 16 (Ativo Imobilizado) (QUELUZ; SILVA; NARDI, 2018). No Brasil, essa revisão passou a entrar em vigor em 2016 e implementou a reclassificação dos ativos chamados plantas portadoras, e estas passaram a serem tratadas pela IAS 16 e não mais consideradas como ativos biológicos, dadas suas peculiaridades (SOUZA; SHIKIDA, 2020).

2.6 Plantas portadoras e a NBC TG 27

O IASB é uma organização independente responsável pelo desenvolvimento e promoção das IFRS (HEISSLER, MARTINS, 2018). As IFRS são desenvolvidas através de um processo de consulta internacional, envolvendo indivíduos e organizações de todos os países visando a participação abrangente em suas discussões de pautas (FULOP, 2014). Nesse sentido,

em 2011, o IASB propôs emendas a IAS 41 de forma a analisar as opções quanto a contabilização das plantas portadoras, que poderiam passar a serem tratadas como ativo imobilizado, dada as suas características (BOZZOLAN, LACHI E MATTEI, 2016). Segundo Erfan *et al.* (2022), o grupo de órgãos reguladores da região Ásia-Oceania, Asian-Oceanian Standard-Setters Group (AOSSG) foi o responsável por propor ao IASB a alteração de mensuração das plantas portadoras, pois entendiam que as plantas não são cultivadas com finalidade comercial e, portanto, são um meio de produção de produtos agrícolas.

Muitos dos comentários apoiaram o entendimento do IASB e apontaram a complexidade da mensuração de alguns tipos de ativos portadores sem mercado ativo, quando mensurados a valor justo (BOZZOLAN, LACHI E MATTEI, 2016). Já em 2013, após dar início ao novo projeto de contabilização das plantas portadoras, o IASB abriu espaço para comentários acerca dessa mudança, o que resultou em 74 cartas de diversos usuários interessados (DAMIAN *et al.*, 2014).

Damian *et al.* (2014) e Bozzolan, Lachi e Mattei (2016), a partir das cartas de recomendações, identificaram que muitos discordaram de vários aspectos propostos pelo IASB, principalmente da contabilização dos produtos das plantas portadoras, que permaneceram abrangidos pelas IAS 41, afirmando que essa contabilização levaria a dificuldade na elaboração das demonstrações, tornando-as subjetivas e pouco funcionais. Além disso, Bozzolan, Lachi e Mattei (2016) observaram que outros comentários solicitavam a inclusão do gado e de outros ativos biológicos usados na produção de produtos agrícolas a emenda. Os autores também verificaram que alguns interessados observaram que a emenda era pouco clara quanto a data de maturidade das plantas portadoras.

No âmbito nacional, em 2015, a NBC TG 27 foi revisado adotando às alterações da IAS 16 (NOGUEIRA *et al.*, 2020). Com isso, o tratamento dado às plantas portadoras passou a ser o mesmo dos ativos imobilizados (BANDEIRA; LEITÃO, 2018). Além disso, as plantas portadoras deixaram de ser mensuradas ao valor justo, como os ativos biológicos, e passaram para a mensuração ao custo menos depreciação ou perda por desvalorização (NOGUEIRA *et al.* 2020). Assim, quando um ativo for “uma planta viva, utilizada para produção ou fornecimento de produtos agrícolas por mais de um período contábil”, deve ser contabilizado seguindo as orientações da NBC TG 27 (LENER; MACHADO; DE SOUZA, 2018, p. 58).

Para a NBC TG 27 (2016), somente as plantas portadoras são alcançadas por esse pronunciamento, não se aplicando aos produtos obtidos das plantas portadoras. Uma das definições para o ativo imobilizado expostas na NBC TG 27 que se aplicam às plantas portadoras, é referente a sua classificação como um item tangível, mantido para produção.

Ainda, a norma define esse tipo de ativo como uma planta viva que pode ser usada na produção ou para fornecer produtos agrícolas, cultivada para produção por mais de um período e a sua probabilidade de venda como produto agrícola é remota, com exceção para venda como sucata.

No que se refere a mensuração e reconhecimento, como já exposto, o ativo deverá ser mensurado pelo seu custo (NBC TG 27, 2016). Conforme Vieira, Itavo e Aranha (2016, p. 149), “Os custos históricos representam o quanto a entidade de fato pagou por um determinado ativo. São, portanto, mensurados, considerados pelo valor pago em sua data de aquisição”. Ou seja, o custo de uma planta portadora seria o preço à vista no momento do seu reconhecimento (NBC TG 27, 2016).

Segundo Souza e Shikida (2020), os ativos biológicos podem ser classificados como consumíveis e de produção. Para os autores, os ativos consumíveis seguem as definições da NBC TG 29 (IAS 41), enquanto os de produção, como a cana-de-açúcar, devem atender às exigências da NBC TG 27 (IAS 16). Já Nogueira *et al.* (2020) entendem que as plantas portadoras são como máquinas industriais, utilizadas somente para a produção de frutos. Lener, Machado e Souza (2018, p. 58) trazem como exemplo de plantas portadoras “rebanhos de animais mantidos para a produção de carne, rebanhos mantidos para a venda, produção de peixes, plantações de milho e trigo (anuais), produto de planta portadora e árvores para produção de madeira”.

2.7 Pesquisas anteriores

Com o propósito de debater os achados da presente pesquisa, optou-se por produzir um referencial empírico formado por estudos anteriores vistos como semelhantes a este. Consideram-se trabalhos equivalentes aqueles que abordaram a “adaptação das empresas diante a alteração da NBC TG 27 e NBC TG 29” aplicando a técnica de levantamento e estudo descritivo. Nesse sentido, foram encontrados 08 trabalhos considerados semelhantes: (AQUINO *et al.*, 2021; BANDEIRA; LEITÃO, 2018; BISCARO; PINHO; FELIZ, 2020; DIAS; MAGALHÃES; MACEDO, 2018; LENER; MACHADO; SOUZA, 2018; PENHA, *et al.*, 2018; ROSA; VENDRUSCOLO; SOUZA, 2021; SIMÕES *et al.*, 2017).

No estudo de Dias, Magalhães e Macedo (2018) foi analisada a relevância da informação contábil após a revisão da NBC TG 29 para o mercado de capitais das empresas listadas na B3. A partir de um estudo descritivo, de natureza quantitativa e pesquisa documental, os autores demonstraram que as empresas ainda estavam em fase de adaptação e por isso aquelas que divulgavam as suas demonstrações conforme a alteração da norma era restrito, apesar de tal

informação ser relevante para o mercado de capitais.

Nos trabalhos de Penha *et al.* (2018) e Bandeira e Leitão (2018) foram analisadas as demonstrações contábeis de empresas listadas na BM&FBOVESPA que possuem ativos biológicos do tipo plantas portadoras, visando verificar o nível de aderência à nova forma de mensurar e reconhecer esses ativos de acordo com a atualização da NBC TG 27 e NBC TG 29. Em ambos os estudos, as demonstrações analisadas das empresas foram referentes ao ano de 2016, e tiveram resultados semelhantes, em que nem todas as organizações da amostra analisada possuíram adesão plena à atualização da norma. Para Bandeira e Leitão (2018) as empresas tiveram dificuldade de atender os requisitos de mensuração e reconhecimento por se tratar apenas do primeiro ano de implementação dos novos preceitos.

Ademais, Simões *et al.* (2017) buscaram demonstrar a adequação do valor justo na mensuração dos ativos biológicos em empresas listadas na B3. Analisando se existia conformidade do conteúdo das notas explicativas das empresas com o regulamento, foi realizada uma amostra com 33 empresas, em um período de 2010 até o segundo trimestre de 2014. Com o resultado obtido da análise das demonstrações financeiras das empresas observadas, foi possível constatar que elas não estão atendendo em sua totalidade as exigências impostas pelo pronunciamento, bem como alguns dos quesitos trazidos pela norma não foram apresentados nas notas explicativas.

Lerner, Machado e Souza (2018) observaram as mudanças na contabilização dos ativos biológicos portadores das empresas listadas na B3. Por meio da análise de notas explicativas, em conjunto com um roteiro elaborado por eles. Dentre as organizações analisadas ficou comprovado que, no que diz respeito a essa alteração, Biosev, Marfrig, Slc Agrícola e Wlm, realizaram a mensuração de suas plantas portadoras semelhantes a de um item do imobilizado. Já Brasilagro e São Martinho postergaram essa mensuração para suas notas explicativas (NEs) de dezembro de 2016. Deste modo, constatou-se que este detalhamento proposto pela NBC TG 29 foi pouco explorado nas NEs, dificultando as análises.

Aquino *et al.* (2021) analisaram o nível de adesão a NBC TG 29 de companhias com atividades ligadas à agricultura listadas na B3 no ano de 2019. Partindo de uma amostra de 5 companhias e tomando como base as notas explicativas, os autores realizaram um *checklist* baseado na pesquisa de Silva *et al.* (2013) e adaptando conforme a necessidade. Foram analisados os itens 40, 41, 42 e 43 da NBC TG 29 que tratam da divulgação, descrição e distinção dos produtos agrícolas. Os resultados obtidos apontam que as empresas atendem parcialmente aos itens previstos na norma com relação ao reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos, com o item 49 sendo o maior responsável pelo índice de desconformidade

com a norma. Devido à falta de informações relativas aos ativos biológicos nas notas explicativas das entidades, os autores sentiram uma limitação no seu estudo.

Biscaro, Pinho e Feliz (2020) avaliaram o grau de compatibilidade das normas estabelecidas pela NBC TG 29 nos demonstrativos contábeis das empresas de celulose. Para a pesquisa foram analisadas quatro empresas que possuem ativo biológico em seu patrimônio, assim como as demonstrações contábeis dessas empresas, analisando a conformidade dos itens previstos no tópico de divulgação da NBC TG 29. A partir dos resultados obtidos, concluíram que as empresas possuem um nível médio de adesão (cerca de 71% de compatibilidade) às informações exigidas na NBC TG 29. O maior percentual de adesão a norma entre as amostras analisadas foi de 84% e o menor de 59%.

Rosa, Vendruscolo e Souza (2021) discutiram sobre o nível de evidenciação de ativos biológicos nas empresas de agronegócio antes e após a atualização da NBC TG 29, a partir de um estudo quantitativo, descritivo e documental. Para análise utilizaram como amostra 23 empresas listadas na B3 compostas pelos setores da agricultura, açúcar e álcool, carne e derivados, madeira, papel, celulose e outros. Os dados coletados foram de notas explicativas anuais, totalizando 193 relatórios. Os autores construíram um protocolo de evidenciação de ativos biológicos no formato de um *checklist* e concluíram que, a partir de 2016, das 23 empresas analisadas, 11 não registraram suas plantas portadoras, enquanto 12 publicaram. A partir dos resultados encontrados, constataram que não houve uma evolução da evidenciação obrigatória no período pós-alteração nas empresas com plantas portadoras. Do contrário, na evidenciação voluntária foi identificada uma evolução no período pós-alteração para todas as organizações analisadas, principalmente aquelas que possuem plantas portadoras.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da pesquisa

A presente pesquisa classifica-se como qualitativa pois, segundo José Matias-Pereira (2016), esse método enfatiza a interpretação de fenômenos e a atribuição de significados, sem necessidade de técnicas estatísticas. Dessa forma, este estudo descreve de forma qualitativa a aderência das empresas sucroalcooleiras quanto a reclassificação dos ativos do tipo planta portadoras. Quanto aos objetivos é uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (2017, p.42), “busca a identificação e descrição de características de grupos de pessoas ou de fenômenos”. Quanto ao procedimento, esse estudo trata-se de pesquisa documental, que de acordo com Martins e Theóphilo (2009), trata-se da utilização de documentos como fonte de dados e evidências.

3.1.1 Unidade de Análise, População e Amostra

A presente pesquisa analisou quatro empresas brasileiras do setor de consumo não-cíclico listadas na B3 a partir dos seguintes critérios: a) são do setor sucroalcooleiro; b) possuem plantas portadoras; e c) divulgam suas demonstrações financeiras na B3. A partir da base de dados presente no site da B3, a relação completa das empresas selecionadas é apresentada a seguir:

Quadro 1 – Empresas do setor de consumo não-cíclico.

Empresas	Nome do Pregão	Subsetor de Atuação	Segmento
Jalles Machado S.A.	JALLESMACHAD	Alimentos processados	Açúcar e Álcool
Raizen Energia S.A.	RAIZEN ENERG	Alimentos processados	Açúcar e Álcool
São Martinho S.A.	SAO MARTINHO	Alimentos processados	Açúcar e Álcool
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	TEREOS ACUCA	Alimentos processados	Açúcar e Álcool

Fonte: B3 (2023).

Após feito o levantamento da relação de empresas que atendem aos critérios desejados será feito a coleta de dados para análise.

3.1.2 Coleta dos Dados

A coleta de dados foi feita por consulta online no site da B3, e consistiu em: (a) identificar as empresas listadas no setor sucroalcooleiro e (b) analisar as demonstrações financeiras das empresas selecionadas dos últimos cinco anos (2017-2021). Ao identificar as empresas, fez-se o *download* das demonstrações financeiras e notas explicativas do período proposto. Em seguida foram analisadas, com ênfase no grupo Imobilizado, com vistas a identificar as plantas portadoras.

Todas as empresas da amostra disponibilizaram as demonstrações dos anos de 2017 a 2021, com exceção da empresa Jalles Machado S.A., que passou a negociar suas ações na B3 somente a partir de 2021. Logo, as demonstrações da Jalles dos anos 2017 a 2020 foram baixadas no próprio site da empresa. O período da amostra compreende a fase posterior à obrigatoriedade da contabilização das plantas portadoras como ativo imobilizado.

3.1.3 Análise dos Dados

Com as informações coletadas, será feita a análise das demonstrações de forma decrescente (2017 a 2021). Os balanços financeiros e notas explicativas das empresas serão analisados com o intuito de identificar se as plantas portadoras de posse das empresas estão sendo divulgadas como um ativo imobilizado, e não mais como um ativo biológico. Além disso, serão analisados os valores e os critérios de classificação de tais ativos, de forma a comparar se essa evidenciação ao longo dos cinco anos está conforme a NBC TG 27.

Quadro 2: Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos.

Tipo de Ativo	Reconhecimento	Mensuração	Evidenciação
Plantas Portadoras	NBC TG 27– Ativo Imobilizado	Custo histórico de formação menos depreciação acumulada, e em reavaliação, eventual perda por irrecoverabilidade.	Obrigatória: itens 73, 74, 75, 76, 77 e 78. Voluntária: item 79.

Fonte: Rosa, Vendruscolo e Souza (p. 07, 2021).

Para tanto, será elaborado um *checklist* adaptado seguindo os modelos de Aquino *et al.* (2021) e Rosa, Vendruscolo e Souza (2021) abordando critérios acerca das principais características de contabilização desse ativo. Para a criação desse *checklist*, será identificado os itens exigidos na NBC TG 27 de mensuração e evidenciação de ativos imobilizados nas demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, assim como demais características das plantas portadoras.

Quadro 3: *Checklist* de mensuração e divulgação de acordo com a NBC TG 27.

Item	Checklist
15	Mensuração no reconhecimento do ativo
	Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensuração pelo seu custo.
30	Mensuração após o reconhecimento do ativo
	Após o reconhecimento como ativo, um item do ativo imobilizado deve ser apresentado ao custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
73 (a)	Evidenciação obrigatória (devem divulgar)
	Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto.
73 (b)	Os métodos de depreciação utilizados.
73 (c)	As vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas.
73 (d)	O valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no final do período.
73 (e)	A conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando: adições, ativos classificados como mantidos para vendas; aquisições por meio de combinação de negócios, etc.
74	O valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção.
75	A depreciação, quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período e a depreciação acumulada no final do período.
76	A natureza e o efeito de uma mudança de estimativa contábil que tenha impacto no período corrente ou em períodos subsequentes.
77	Caso sejam contabilizados a valores reavaliados.
78	Ativos Imobilizados que perderam seu valor.

	Evidenciação não obrigatória
79 (a)	O valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso.
79 (b)	O valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação.
79 (c)	O valor contábil de ativo imobilizado retirado de uso ativo e não classificados como mantidos para venda.
79 (d)	O valor justo do ativo imobilizado quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método do custo.

Fonte: NBC TG 27.

Após isso, a *checklist* será aplicada em cada demonstração da amostra das quatro empresas, observando se o que é divulgado está em consonância com o disposto na NBC TG 27. Adotou-se como medida para determinar os resultados, “X” para empresas que atendem as informações determinadas pela NBC TG 27, e “—” para as empresas que não atenderam a determinação do pronunciamento técnico. Para o tratamento dos dados, será feita uma análise do conteúdo obtido de modo a confrontá-los com os dados obtidos nas teorias do referencial teórico do presente estudo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação e Análise dos Resultados

A análise das empresas do segmento de açúcar e álcool foi realizada de forma individual para cada entidade.

4.1.1 Raizen Energia S.A.

A Companhia Raizen Energia S.A. é um dos maiores grupos empresariais privados do Brasil e a principal referência no setor sucroalcooleiro. Atuando no ramo de bioenergia há mais de 10 anos, a empresa tem como atividade principal a produção de etanol, açúcar e bioenergia, produzindo e vendendo energia renovável a partir da cana-de-açúcar. Suas ações são negociadas na B3 pela sigla “RESA”.

Tabela 1 – Valores das plantas portadoras analisadas nas demonstrações financeiras da Raizen.

ANOS	2017	2018	2019	2020	2021
Plantas Portadoras (PP)	1.332.019	1.581.755	2.058.677	2.107.513	2.366.752
Ativo Imobilizado	9.432.324	9.846.271	10.837.504	11.056.969	12.067.996
(%) das PP no Imob.	14,12%	16,06%	19,00%	19,06%	19,61%
Ativo Total (AT)	24.530.296	28.631.585	44.900.004	43.529.876	58.575.598
(%) das PP no AT	5,43%	5,52%	4,59%	4,84%	4,04%

Fonte: Adaptado do Balanço Patrimonial da Raizen Energia S.A.

A relação das plantas portadoras com o ativo imobilizado e o ativo total mostra a participação dessas plantas no total de ativos da empresa. Essa relação é relevante para entender a importância das plantas portadoras no ativo imobilizado e do patrimônio total da Raizen Energia S.A.

A partir da tabela acima, pode-se inferir que as plantas portadoras da Raizen Energia S.A. têm um aumento progressivo em sua importância dentro do ativo imobilizado da empresa ao longo dos anos de 2017 a 2021. Isso pode ser indicativo de investimentos contínuos e expansão das atividades relacionadas à produção de etanol, açúcar e bioenergia. Entretanto, em relação ao Ativo Total, as plantas portadoras apresentaram uma tendência de redução em sua relevância, indicando que outros ativos e operações podem estar ganhando maior peso no balanço patrimonial da empresa. Esses dados fornecem apenas um panorama inicial e mais informações seriam necessárias para uma análise mais abrangente, visto que o objetivo da pesquisa é outro.

Em 2016 a Raizen Energia S.A. reclassificou suas plantas portadoras como ativo

imobilizados, seguindo a atualização da NBC TG 27. É apresentado em notas explicativas a mudança que a companhia fez na mensuração desses ativos: "...as soqueiras de cana-de-açúcar devem ser contabilizadas de acordo com o IAS 16 / CPC 27, ou seja, custo menos exaustão acumulada e eventual perda por *impairment*". Dessa forma, a Companhia segue o explicitado no item 15 da NBC TG 27 ao divulgar que mensura suas plantas portadoras no momento do reconhecimento pelo custo.

Após o reconhecimento desses ativos, durante o período da amostra, a Companhia divulga que mensura suas plantas portadoras pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando este for aplicável, em conformidade com o item 30 da NBC TG 27. Ao divulgar em notas explicativas o resumo das principais políticas contábeis adotadas pela empresa é mencionado que a demonstrações foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto, alguns determinados ativos e passivos como estoques, instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo. Dessa forma, a Companhia atende ao item 73 (a) da norma técnica ao divulgar os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil de seus ativos imobilizados.

É dito em notas explicativas que a Raizen Energia S.A. calcula a depreciação das suas lavouras de cana-de-açúcar com base no desgaste da vida útil desse ativo a uma taxa média de 20% ao ano. Porém não fica explícito em nota qual o método utilizado pela Companhia para esse cálculo de depreciação. Dessa forma, a empresa não obedece ao item 73 (b) da NBC TA 27 ao não divulgar os métodos de depreciação utilizados, mas segue o que diz a norma no item 73 (c) ao divulgar as taxas de depreciação de suas plantas portadoras.

É apresentado no detalhamento da conta ativo imobilizado as principais transações que envolvem esse grupo. Para os plantios de cana a Raizen Energia S.A. divulga o custo desse ativo no exercício anterior ao da demonstração e todas as demais transações que fazem parte do exercício, como adições, combinações de negócios, eventuais baixas do ativo, despesas com depreciação no exercício, a depreciação acumulada, etc para encontrar o valor residual líquido das plantas portadoras no exercício. Com isso, a Companhia segue aos itens 73 (d) e 73 (e) da norma.

Em relação aos gastos reconhecidos durante a construção do ativo imobilizado abordado no item 74 da NBT TG 27 é mencionado nas notas da Companhia que o custo divulgado no início do exercício para o ativo imobilizado já inclui esses gastos que são diretamente atribuíveis a sua aquisição. Já os custos de ativos que são construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e mão de obra direta, incluindo também quaisquer outros custos

para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida. Dessa forma a Raizen Energia S.A. atende ao item 74 da norma.

A Companhia divulga na demonstração do fluxo de caixa e na demonstração do valor adicionado os valores encontrados para depreciação do exercício, especificamente para as plantas portadoras, é divulgado no detalhamento do grupo do ativo imobilizado na rubrica “Depreciação Acumulada”, obedecendo assim ao item 75 da NBC TG 27.

Em notas explicativas a companhia divulga que para os ativos imobilizados inclui a realização de estimativas para determinar o exercício de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição, especialmente para os ativos adquiridos em combinações de negócios. Não foi observado durante o período da amostra uma mudança na estimativa contábil da Raizen Energia S.A. que envolva valores residuais, custos estimados com desmontagem, remoção ou restauração dos ativos, mudança na estimativa da vida útil ou no método de depreciação das plantas portadoras. Com isso, a empresa deixa de seguir o item 76 da NBC TG 27. Porém, cabe ressaltar, que isso não significa um descumprimento da norma já que a empresa pode simplesmente não ter esses valores que impliquem em uma mudança de estimativa contábil.

Durante o período da amostra, não houve valores reavaliados divulgados, nem evidências de ativos imobilizados que tenham sofrido desvalorização, logo não atendem aos itens 77 e 78. Porém, cabe ressaltar, que apesar de não haver divulgação de tais valores, não significa uma incompatibilidade com a norma. Esses itens podem não existir no período analisado. Quanto aos itens 79 (a), (b), (c) e (d), de divulgação não obrigatória, não foram encontrados durante o período da presente amostra.

4.1.2 Jalles Machado S.A.

A Jalles Machado S.A. é uma agroindústria sucroenergética cujas ações são negociadas pela B3 pela sigla (JALL3). Segundo a B3, a Jalles Machado S.A. tem como atividade principal a exploração agrícola industrial e comercial em todas as suas modalidades, especialmente no que diz respeito à produção de cana-de-açúcar e seus subprodutos, em especial do açúcar e do álcool. A empresa faz parte do mais alto nível de Governança Corporativa da B3 conhecido como Novo Mercado, adotando medidas ainda mais rigorosas do que os demais níveis para divulgação e transparência de suas demonstrações financeiras (B3, 2023).

Tabela 2 – Valores das plantas portadoras analisadas nas demonstrações financeiras da Jalles.

ANOS	2017	2018	2019	2020	2021
Plantas Portadoras (PP)	312.134	329.282	341.701	340.878	358.371
Ativo Imobilizado	916.547	939.476	970.599	1.009.812	952.519
(%) das PP no Imob.	34,06%	35,05%	35,21%	33,76%	37,62%
Ativo Total (AT)	1.750.793	1.935.881	1.958.446	2.544.449	3.461.102
(%) das PP no AT	17,83%	17,01%	17,45%	13,40%	10,35%

Fonte: Adaptado do Balanço Patrimonial da Jalles Machado S.A.

Analisar a relação entre as plantas portadoras com o ativo imobilizado é importante para entender a participação e influência das plantas portadoras dentro do ativo imobilizado da Jalles Machado S.A. Essa análise revela que as plantas portadoras têm ganhado progressivamente maior relevância no contexto do ativo imobilizado da Jalles Machado S.A., atingindo o maior percentual em 2021.

Já a relação das plantas portadoras com o ativo total mostra a importância desses ativos específicos em relação ao total de ativos da empresa. Logo, pode-se avaliar o peso das plantas portadoras em relação ao patrimônio total da Jalles Machado S.A. Essa análise indica que, em relação ao total de ativos da empresa, as plantas portadoras tiveram uma tendência de queda em sua relevância ao longo dos anos, chegando a um menor percentual em 2021.

Com base na análise dos dados, observa-se que as plantas portadoras da Jalles Machado S.A. têm ganhado crescente importância dentro do ativo imobilizado da empresa ao longo dos anos de 2017 a 2021. Isso pode ser indicativo de investimentos contínuos que, segundo o relatório de administração da empresa em 2017, a mesma “é reconhecida pelo mercado financeiro como uma das usinas que mais investem para preservar e melhorar a qualidade de seu canavial”. Entretanto, em relação ao Ativo Total, as plantas portadoras apresentaram uma tendência de queda em sua relevância, sugerindo que outros ativos e operações podem estar ganhando maior peso no balanço patrimonial da empresa nos últimos anos.

Em 2016, a empresa Jalles Machado S.A. reclassificou suas plantas portadoras como ativo imobilizado, seguindo as atualizações da NBC TG 27. Nas notas explicativas, foram apresentadas as mudanças na mensuração desses ativos, que agora são reconhecidos pelo custo, descontando-se a exaustão acumulada e eventuais perdas por *impairment*. Dessa forma, a empresa atende ao item 15 do *checklist* ao divulgar que mensura suas plantas portadoras no momento do reconhecimento pelo custo.

Ao longo do período analisado, a companhia continuou mensurando suas plantas portadoras pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, conforme o estabelecido no item 30.

Nas notas explicativas a empresa apresenta as principais políticas contábeis adotadas, mencionando que as demonstrações são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos que são mensurados pelos seus valores justos, com isso, a companhia atende ao item 73 (a) da norma técnica ao divulgar os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil de seus ativos imobilizados.

A empresa informou nas notas explicativas que calcula a depreciação das lavouras de cana-de-açúcar com base no desgaste da vida útil, usando o método linear com uma vida útil estimada em 5 anos, atendendo assim aos itens 73(b) e 73(c) ao divulgar as taxas de depreciação de suas plantas portadoras que corresponde 8,18%. No detalhamento da conta de ativo imobilizado, foram apresentadas as principais transações envolvendo esse grupo, incluindo custos, adições, combinações de negócios, baixas, despesas com depreciação, etc. para determinar o valor residual líquido das plantas portadoras itens 73(d) e 73(e).

A respeito dos gastos durante a construção do ativo imobilizado, a empresa menciona nas demonstrações analisadas que o custo divulgado no início do exercício já inclui esses gastos diretamente atribuíveis à aquisição, bem como os custos de materiais e mão de obra direta para ativos construídos pela própria empresa, atendendo ao estabelecido na norma no item (74).

A companhia divulgou na demonstração do fluxo de caixa os valores de depreciação do exercício, especificamente para as plantas portadoras, conforme exigido na NBC TA 27 item (75). Além disso, a companhia informou nas notas explicativas que realiza estimativas para determinar a vida útil dos ativos, para efeitos de depreciação e amortização, bem como o valor justo na data de aquisição, especialmente para ativos adquiridos em combinações de negócios. Qualquer mudança nas estimativas, como valores residuais, custos estimados com desmontagem, remoção ou restauração dos ativos, ou mudança no método de depreciação, é adequadamente seguida conforme a norma item (76).

Não foram divulgados valores referentes a reavaliação de plantas portadoras, nem evidências de ativos imobilizados que tenham sofrido desvalorização, logo não atendem aos itens 77 e 78. Ressalta-se que apesar de não haver divulgação de tais valores, não significa uma incompatibilidade com a norma. Esses itens podem não existir no período analisado. Quanto aos itens 79 (a), (b), (c) e (d), de divulgação não obrigatória, não foram encontrados durante o período da presente amostra.

4.1.3 São Martinho S.A

O Grupo São Martinho tem o mais alto nível de Governança Corporativa da B3, fazendo

parte do Novo Mercado e é um dos maiores grupos brasileiros de sucroenergia, possuindo quatro usinas em operação no país. O Grupo realizou em 2007 a abertura do seu capital na Bolsa de Valores sob o código “SMTO3”.

Tabela 3 – Valores das plantas portadoras analisadas nas demonstrações financeiras da São M.

ANOS	2017	2018	2019	2020	2021
Plantas Portadoras (PP)	1.038.512	1.190.627	1.350.925	1.375.871	1.521.168
Ativo Imobilizado	5.449.912	5.644.660	5.844.505	5.962.644	9.855.521
(%) das PP no Imob.	19,06%	21,09%	23,11%	23,07%	15,43%
Ativo Total (AT)	9.114.712	9.748.722	12.113.526	12.417.856	17.359.145
(%) das PP no AT	11,39%	12,21%	11,15%	11,08%	8,76%

Fonte: Adaptado do Balanço Patrimonial da São Martinho S.A.

Com base na análise dos dados, podemos observar que as plantas portadoras da São Martinho S.A. tiveram uma participação significativa no ativo imobilizado e no ativo total da empresa durante o período de 2017 a 2020. No entanto, em 2021, ocorreu uma queda acentuada na participação desses ativos em relação aos valores totais, tanto no ativo imobilizado quanto no ativo total. Essas mudanças podem ser influenciadas por diversos fatores, como expansões, investimentos em outros ativos ou vendas de plantas portadoras específicas. Para uma análise mais aprofundada e uma melhor compreensão do desempenho e estratégia da São Martinho S.A., é importante considerar outros indicadores financeiros e informações do mercado sucroenergético.

No ano de 2016, o Grupo São Martinho implementou a atualização da NBC TG 27 classificando suas plantas portadoras como ativos imobilizados. Conforme esclarecido em notas explicativas desse mesmo ano, o Grupo assevera que as plantas portadoras agora são registradas pelo custo diminuído da depreciação acumulada e *impairment*, em vez do valor justo subtraído dos custos de venda como era feito anteriormente. A empresa seguiu, portanto, o disposto no item 15 da NBC TA 27 ao reconhecer as plantas portadoras pelo seu custo.

Nos exercícios financeiros subsequentes, de 2017 a 2021, o Grupo prosseguiu mensurando suas plantas portadoras pelo custo deduzido de depreciação, sendo esta calculada pelo método linear. Não há menção de uma redução pelo valor recuperável no período analisado, o que permite inferir que o Grupo São Martinho S.A. está em conformidade com os itens 30, 73 (b) e 73 (c) da NBC TG 27. Ao divulgar em notas explicativas o resumo das principais políticas contábeis adotadas pela empresa é mencionado que as demonstrações são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos que são mensurados pelos seus valores justos, dessa forma, o Grupo atende

ao item 73 (a) da norma técnica ao divulgar os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil de seus ativos imobilizados.

Em notas explicativas, é afirmado que após o primeiro corte, a cana-de-açúcar possui uma vida útil estimada em oito anos. Não há menção explícita sobre a vida útil das lavouras de cana-de-açúcar, no entanto, é citada a taxa de depreciação das mesmas como sendo de 14%, estando em concordância com o item 73 (c) da NBC TG 27.

Na apresentação do grupo dos ativos imobilizados, as notas explicativas expõem as principais transações com as lavouras de cana-de-açúcar. Entre essas transações estão o custo de aquisição, valores de transferência para ativo biológico no momento da colheita, valor de depreciação acumulada, lucros em combinações de negócios, transferências entre grupos, entre outros, em conformidade com os itens 73 (d) e 73 (e). Entretanto, as notas explicativas do Grupo deixam a desejar em relação à clareza dos custos de construção das lavouras de cana-de-açúcar. Existem apenas referências a custos de manutenção para prolongamento da vida útil desses ativos e gastos com manutenção que não influenciam na vida útil, falhando no cumprimento do item 74 da norma.

O Grupo São Martinho S.A. registra a depreciação ocorrida no exercício na demonstração de fluxo de caixa e na demonstração do valor adicionado, bem como declara em notas explicativas a depreciação acumulada para seus ativos imobilizados, seguindo o item 75 da NBC TG 27. É mencionado que o valor residual, a vida útil dos ativos imobilizados e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. Entretanto, não se observam alterações nesses valores nos períodos analisados da amostra, o que pode indicar que não houve uma mudança de estimativa contábil que devesse ser divulgada. Portanto, a empresa atende ao item 76 da norma.

Durante o período da amostra, não houve valores reavaliados divulgados, nem evidências de ativos imobilizados que tenham sofrido desvalorização, resultando em não conformidade com os itens 77 e 78 da norma. Porém, cabe ressaltar, que o fato de esses valores não terem sido divulgados pode significar que o fato não ocorreu.

É dito em notas explicativas que os itens do imobilizado que são substituídos são retirados do registro contábil (baixados) na conta “Fluxo de caixa das atividades operacionais” na rubrica “Ajustes” contabilizados como “Resultado de Investimentos e Imobilizados Baixados”. Dessa forma, é observado que em relação a evidenciação não obrigatória, o Grupo divulga os valores de seus imobilizados que são baixados, ou seja, retirados de uso ativo e não são classificados como mantido para venda em conformidade com o item 79 (c) da NBC TG 27.

4.1.4 Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.

A Tereos é a quarta maior produtora mundial de açúcar e a terceira maior produtora de açúcar do Brasil. Além de estar presente na indústria alimentícia, com o fornecimento de açúcar, é também produtora de etanol e energia elétrica, proveniente do bagaço de cana-de-açúcar. Listada no mercado de ações desde 2007, o Grupo Tereos é negociado sob o código “TERI3”.

A Tabela 4 apresenta os valores das plantas portadoras e sua relação com os demais ativos presentes nas demonstrações financeiras da Tereos entre os anos de 2017 a 2021.

Tabela 4 – Valores das plantas portadoras analisadas nas demonstrações financeiras da Tereos.

ANOS	2017	2018	2019	2020	2021
Plantas Portadoras (PP)	544	586	678	771	825
Ativo Imobilizado	2859	3054	3159	3629	3571
(%) das PP no Imob.	19,03%	19,19%	21,46%	21,25%	23,10%
Ativo Total (AT)	7420	6808	7455	8826	9261
(%) das PP no AT	7,33%	8,61%	9,09%	8,74%	8,91%

Fonte: Adaptado do Balanço Patrimonial da Tereos

A ligação das plantas portadoras com o ativo imobilizado mostra a participação dessas plantas no total de ativos imobilizados da empresa. Essa associação é importante para entender a relevância desses ativos específicos no contexto do ativo imobilizado da Tereos. A relação das plantas portadoras com o Ativo Total mostra a importância desses ativos específicos em relação ao total de ativos da empresa. Essa relação serve para avaliar o peso das plantas portadoras em relação a todo o patrimônio da empresa.

Analisando os dados apresentados na Tabela 4, pode-se inferir que as plantas portadoras têm aumentado gradualmente sua relevância tanto no contexto do ativo imobilizado quanto no ativo total da Tereos ao longo dos anos de 2017 a 2021. Isso pode ser um sinal de investimentos contínuos em ativos imobilizados específicos, o que pode ser positivo para o crescimento e a estratégia de negócios da empresa. Contudo, é essencial considerar outras informações para uma avaliação completa da situação financeira da Tereos.

Nas demonstrações de 2016, a Tereos informou a adoção inicial às novas alterações da norma e passou a contabilizar as plantas portadoras pelo custo. Desde esse período, a empresa segue atendendo aos itens obrigatórios da NBC TG 27. Logo, a empresa atende a todos os itens obrigatórios do *checklist* aplicado. Quanto aos itens 79 (a) ao 79 (d), referente a divulgação não

obrigatória, a empresa não os adota.

A empresa informa, em notas explicativas, que reconhece o seu ativo pelo custo de aquisição ou de produção adicionado de demais custos relacionados com o uso do ativo pretendido pela Administração de forma a atender às suas necessidades, com exceção aos casos de combinação de negócios. Ainda, menciona que os custos relacionados ao plantio da cana-de-açúcar são contabilizados no ativo imobilizado e, portanto, são reconhecidos e depreciados como qualquer outro item dessa conta (itens 15, 30 e 73).

Quanto a depreciação, a empresa estimam uma vida útil entre 5 a 6 anos para as plantas portadoras e adota o método de depreciação linear que, segundo a NBC TG 27, gera uma despesa uniforme ao longo da vida útil do ativo, não tendo alterações no seu valor residual (itens 73 a ao e). Portanto, a despesa com depreciação das plantas portadoras é proporcional durante a sua vida útil. Além disso, a empresa é bem sucinta no que tange a demais informações sobre a forma de depreciação das plantas portadoras, não deixando de atender aos demais itens do *checklist* (74 ao 78).

De forma geral, apesar de seguir a norma, destaca-se que algumas contas são pouco claras. A conta de reclassificações está presente em todos os anos analisados. No ano de 2018 e 2020, essa reclassificação foi negativa, subtraindo-se do valor total. Já no ano de 2017, 2019 e 2021, essa reclassificação gerou um aumento no valor total do ativo. Tendo em vista que propósito das notas explicativas é tornar compreensíveis dados que possam parecer incompletos para os usuários das informações (SIMÕES et al., 2016), percebem-se informações fragmentadas acerca das reclassificações nas contas de plantas portadoras. A empresa não discorre acerca do que se refere esses valores e quais critérios adotados, para qual conta foram reclassificados ou se deixaram de atender aos requisitos das plantas portadoras.

4.1.5 Checklist

No quadro a seguir é apresentado o *checklist* esquematizando os resultados encontrados para as empresas analisadas:

Quadro 4: *Checklist* dos resultados da análise.

ITEM	DESCRIÇÃO	OBRIGATÓRIO			
		JALLES	RAIZEN	SÃO MARTINHO	TEREOS
	EMPRESAS				
15	O ativo imobilizado deve ser mensurado pelo seu custo quando reconhecido	X	X	X	X
30	O ativo imobilizado deve ser apresentado pelo custo menos depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas após o reconhecimento.	X	X	X	X
73 (a)	Divulgar os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto.	X	X	X	X
73 (b)	Métodos de depreciação utilizados	X	—	X	X
73 (c)	Vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas	X	X	X	X
73 (d)	Divulgar o valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no final do período.	X	X	X	X
73 (e)	Demonstrar a conciliação do valor contábil no início e no final do período, incluindo adições, ativos classificados como mantidos para venda, aquisições por meio de combinação de negócios, etc.	X	X	X	X
74	Gastos reconhecidos durante a construção do ativo imobilizado	X	X	X	X
75	Depreciação reconhecida no resultado e acumulada no final do período	X	X	X	X
76	Natureza e efeito de uma mudança de estimativa contábil que impacte o período corrente ou períodos subsequentes.	X	X	X	X
77	Ativos contabilizados a valores reavaliados	—	—	—	—
78	Ativos imobilizados que perderam seu valor	—	—	—	—
	NÃO OBRIGATÓRIO				
79 (a)	Valor contábil de ativo imobilizado temporariamente ocioso	—	—	—	—
79 (b)	Valor contábil bruto de ativo imobilizado totalmente depreciado em operação	—	—	—	—
79 (c)	Valor contábil de ativo imobilizado retirado de uso ativo e não classificado	—	—	X	—

	como mantido para venda				
79 (d)	Valor justo do ativo imobilizado quando materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método do custo	—	—	—	—

Fonte: Adaptado pelas autoras a partir da NBC TG 27.

É possível observar a partir da apresentação do *checklist* e com base na interpretação das demonstrações financeiras do período da amostra, que as empresas sucroalcooleiras seguem, em sua grande maioria, as diretrizes obrigatórias estabelecidas na NBC TG 27 para a mensuração e evidenciação de suas plantas portadoras. De acordo com os dados disponíveis, foi observado que essas empresas reclassificaram suas plantas portadoras tratando-as como ativo imobilizado e não mais como ativo biológico, em conformidade com as atualizações da norma. Essa reclassificação reflete a adoção das novas orientações contábeis para a classificação correta dos ativos relacionados a suas lavouras de cana-de-açúcar.

4.2 Discussão dos resultados

A partir da análise dos resultados, identificou-se que as quatro empresas contabilizam, de forma geral, as plantas portadoras em conformidade com a NBC TG 27. Os resultados de Penha *et al.* (2018) e Bandeira e Leitão (2018) identificaram que, em 2016, nem todas as empresas adotaram a alteração da norma em sua integridade, visto ser recente. Entretanto, após o primeiro ano da obrigatoriedade, foi identificado pelo presente estudo que as empresas adotaram e seguem contabilizando as plantas portadoras conforme estabelecido pela NBC TG 27.

Entretanto, cabe ressaltar algumas considerações. Da amostra estudada, somente a Jalles e São Martinho são empresas que compõem o Novo Mercado, logo, devem apresentar informações adicionais para os usuários das informações. Foi observado que apenas a São Martinho contém informações não obrigatórias em suas demonstrações, no que tange aos ativos do imobilizado retirado de uso ativo e não classificado como mantido para venda. Nas demais empresas, não há divulgação não obrigatória de itens da NBC TG 27.

Com relação às notas explicativas, a empresa Tereos (conta de Reclassificações) e Raizen (critérios de mensuração) não divulgam de forma clara algumas informações, corroborando com o exposto por Lerner, Machado e Souza (2018) e Simões *et al.* (2017) que observam que apesar do crescimento no volume de evidenciação das informações, ainda é necessário melhorar a qualidade de informação divulgada, de forma a apresentar informações que de fato sejam úteis e objetivas. Infere-se que essas empresas ainda podem enfrentar problemas quanto ao entendimento da norma, corroborando com os resultados de Bandeira e Leitão (2018).

Por outro lado, partindo da análise das notas explicativas da São Martinho, é notório a diferença entre as outras empresas, pois a empresa consegue apresentar dados mais claros e objetivos em suas notas explicativas. Essa característica é mais esperada de empresas que são do Novo Mercado, segmento que concentra empresas com boas práticas de governança corporativa (B3, 2023). Cabe ressaltar que a Jalles também faz parte do Novo Mercado na B3, porém, com a aplicação da checklist, os itens não obrigatórios não foram identificados nas demonstrações financeiras da Jalles, o que pode apresentar uma incompatibilidade com um dos princípios básicos da governança corporativa, chamado transparência, que fornece às partes interessadas informações relevantes para elas, indo além das exigências legais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA COORPORATIVA, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alteração de uma norma pode ter diversos impactos em uma empresa, a depender do contexto e da natureza da mudança, exigindo ajustes nos processos internos, mudanças nas práticas de negócios, atualização de políticas e procedimentos. No caso das plantas portadoras, com sua inclusão na NBC TG 27, os seus critérios de mensuração foram alterados, cabendo as empresas aplicarem a alteração e reclassificarem seus ativos.

Nesse sentido, o presente estudo originou-se objetivando verificar se as empresas sucroalcooleiras listadas na B3, nos anos de 2017 a 2021, adotaram os requisitos estabelecidos pela NBC TG 27 no que se refere à mensuração e reconhecimento das plantas portadoras como ativo imobilizado. Para tanto, aplicou-se um *checklist* para identificar os itens da NBC TG 27 nas demonstrações das empresas e verificar como as empresas divulgaram as informações referentes a esse ativo imobilizado nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Após a aplicação do *checklist* observou-se que as empresas adotam, em geral, a NBC TG 27, atendendo ao objetivo do estudo. Por outro lado, partindo da análise das notas explicativas da São Martinho e Jalles, é notório a diferença entre as outras duas empresas, Tereos e Raizen, pois essas organizações conseguem apresentar dados mais claros e objetivos. Pode-se inferir que essa situação ocorra visto que é característica mais esperada de empresas que são do Novo Mercado, dado a maior exigência de níveis de governança corporativa. Apesar disso, somente o grupo São Martinho S.A. se destaca por ir além das obrigatoriedades estabelecidas, ao evidenciar de forma voluntária os ativos imobilizados baixados que foram retirados de uso ativo e não classificados como mantidos para venda. Essa prática não foi observada entre as demais empresas analisadas.

Portanto, os objetivos gerais e específicos foram atendidos e as proposições foram testadas por meio do *checklist*. A primeira proposição do trabalho é verdadeira, pois as empresas sucroalcooleiras listadas na B3 estão classificando as plantas portadoras em conformidade com a NBC TG 27. A segunda proposição é falsa para as empresas Tereos e Raizen, pois suas notas explicativas não transmitem clareza, conforme esperado.

A limitação da pesquisa reside no fato de que algumas empresas da análise não divulgam informações importantes sobre as plantas portadoras, impossibilitando uma análise completa sobre a adesão da norma no setor sucroalcooleiro. Como sugestão para pesquisas futuras, tendo em vista que a alteração da NBC TG 27 é pouco explorada em estudos, sugere-se que novas pesquisas sejam feitas, considerando outros setores das empresas listadas na B3. Além disso, sugere-se um estudo comparando como os indicadores financeiros das empresas como se

comportam após a nova forma de contabilizar as plantas portadoras no imobilizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA *et al.* Impacto da Alteração no IAS 41 – Agriculture no Gerenciamento de Resultados e no Value Relevance: Uma Análise com as Empresas Detentoras de Plantas Portadoras. **XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo: julho, 2020. Disponível em:

<<https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2273.pdf>>

Acesso em: 22 out. 2022.

ALVARENGA, G. H. O.; BRASIL JÚNIOR, I. I. Investimentos e mercado de capitais: uma análise acerca das diretrizes curriculares do MEC para os cursos de Administração. **Qualia**, v.6, n.1, jan.-jul. 2020, p. 23-49. ISSN: 2447-9691. Disponível em:

<<https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICSA/article/view/534/421>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ALVES *et al.* Avanços e Tendências da Teoria da Comunicação Aplicada à Informação Contábil. **Revista de Administração, Regionalidade e Contabilidade**, v. 1, n. 1, 2022.

Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/reacar/article/view/13140>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

ALVES *et al.* Desempenho da produção da cultura de cana-de-açúcar nos principais estados produtores. **Revista Brasileira de Engenharia de Biosistemas**, v. 15, n. 2, p. 303-317,

2021. Disponível em <<https://seer.tupa.unesp.br/index.php/BIOENG/article/view/1033/519>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

AQUINO *et al.* Ativos Biológicos: Uma abordagem nas empresas de agricultura listadas na B3. **XXIII ENGEMA**, 2021. Disponível em:

<<https://engemausp.submissao.com.br/23/anais/arquivos/127.pdf?v=1670949284>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ARAUJO, D. F. C.; SOBRINHO, F. L. A. A cultura agrícola da cana-de-açúcar no Brasil: contribuição ao estudo dos territórios rurais e suas contradições e conflitos. **GEOPAUTA**, v. 4, n. 1, p. 162-183, 2020. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/journal/5743/574363075009/html/>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ARAUJO, M. R.; PUREZA, M. L.; SILVA, C. A. Lei N° 6.404/76: Uma análise dos principais avanços proporcionados à Contabilidade no Brasil. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v.2, n. 2, Florianó-PI, jul/dez, 2015. Disponível em:

<<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/GECONT/article/viewFile/2687/2235>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

B3. Consultas. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes/consultas/classificacao-setorial/>. Acesso em: 20 nov. 2022. p. 31-65. Acesso em: 10 nov. 2022.

BANDEIRA, H. T.; LEITÃO, C. R. S. Análise da aderência aos NBC TG 27e NBC TG 29 pelas empresas listadas na BM&BOVEPAS que mantêm ativos biológicos do tipo bearer plants (plantas portadoras). **Cursos e Agronegócio Online**, v. 14, n. 4, out/dez, 2018.

Disponível em:

<<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero4v14/OK%2018%20biologicos.PDF>>.

Acesso em 22 out. 2022.

BARBOSA *et al.* Divulgação voluntária e qualidade da informação Contábil: estudo com empresas do segmento BOVESPA MAIS. **Revista de Informação Contábil**, v. 9, n. 3, ISSN 1982-3967, p. 16-34, jul/set, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/13362>>. Acesso em 23 nov. 2022.

BISCARO, E. T.; DE PINHO, R. S.; FELIZ, A. B. Nível de conformidade da IAS 41 e do NBC TG 29 nas empresas de celulose. **Revista De Extensão E Iniciação Científica da UNISOCIESC**, v. 7, n. 1, p. 177-201, 2020. Disponível em:

<<https://reis.unisociesc.com.br/index.php/reis/article/view/83/88>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BOZZOLAN, S.; LAGHI, E.; MATTEI, M. Amendments to the IAS 41 and IAS 16 – implications for accounting of bearer plants. **Agric.Econ – Czech**, 62, p. 160-166, 2016.

BRANDÃO *et al.* Importância da contabilidade ambiental nas organizações. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da UnP**, v. 12, n. 1, ISSN 1984-4204, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/raunp/article/view/1981>>. Acesso em: 23 out. 2022.

CÂMARA *et al.* Divulgação de informações voluntárias como estratégia de crescimento e melhoria do desempenho econômico-financeiro: um estudo nas empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 5, n. 2, p. 142-160, jul/dez, 2018.

Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/1186>>.

Acesso em 23 nov. 2022.

CASAGRANDE, D. J. A importância da contabilidade como ferramenta gerencial nos processos estratégicos e decisórios das organizações. **Simpósio de Tecnologia da Fatec Taquaritinga – SIMTEC**, Taquaritinga, v. 4, n. 1, p. 14-22, maio, 2018. Disponível em:

<<https://simtec.fatectq.edu.br/index.php/simtec/article/view/249/237>>. Acesso em: 23 out.

2022.

CASTRO *et al.* Índice de disclosure dos Estados brasileiros e do Distrito Federal com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: uma análise da similaridade dos entes públicos. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 41-57, maio/ago, 2018. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/58271/38509>>. Acesso em: 23 out. 2022.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento safra brasileira de cana-de-açúcar – Safra 2022-23**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 1-58, 2022. ISSN 2318-7921. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/boletim-da-safra-de-cana-de-acucar>>. Acesso: 10 dez. 2022.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **PIB do agronegócio**, 2022. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/PIB-do-Agronegocio-20set22-2.pdf>>. Acesso: 22 out. 2022.

CONSONI, S.; COLAUTO, R. D. A divulgação voluntária no contexto da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 18, n. 62, p. 658-677 out./dez, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbgn/a/chXLFQSmLH6VMjfvGmCzpHB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

COSTA, *et al.* Os Fatores Determinantes Para a Entrada de Pequenos Investidores na Bolsa de Valores do Brasil. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 144-165, mai./ago. 2022.

COSTA, J. A.; THEÓPHILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M. A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 110-126, 2012. ISSN: 1984-3925.

DAMIAN, *et al.* Bearer plants: Stakeholders' view on the appropriate measurement model. **Accounting and Management Information Systems**, v 13, n. 4, p. 719–738, 2014.

DIAS, R. S. O.; MAGALHAES, E. M.; MACEDO, M. A. S. Relevância da Informação Contábil após a Revisão no NBC TG 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola: Estudo das Empresas Listadas na Brasil, Bolsa, Balcão – B3 S.A. **8º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças - Contabilidade Financeira**. Florianópolis, 2018.

DURIGON, *et al.* Os efeitos de sentidos produzidos sobre a proposta normativa de convergência das regras contábeis brasileiras aos padrões internacionais. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 8-19, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/70881/43020>> Acesso em: 11 dez. 2022.

ELGER, A. B.; ANTONIO, M. O. M. Importância da utilização da contabilidade rural: uma análise sob a percepção dos produtores rurais do município de Nova Mutum (MT). **Revista Científica da AJES**, Juína, v. 9, n18, p. 43-60, jan/jun, 2020. Disponível em: <<http://revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/354/269>> Acesso em: 23 nov. 2022.

ERFAN *et al.* Effects of the Fair Value of Biological Assets on the Cost of Debt: An International Study. **Journal of Asian Finance, Economics and Business**, v. 9, n. 8 (2022).

FONSECA, *et al.* Contabilidade Rural no Agronegócio Brasileiro. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 12, 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: Resende, 2015, p. 1-12. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/17922219.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2022.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

GOES, T.; MARRA, R.; SILVA, G. S. Setor sucroalcooleiro no Brasil: situação atual e perspectivas. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XVII, n. 2, abr./maio/jun., p. 39-51, 2008. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/407/358>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

HESSLER, D. Z.; MARTINS, M. A. S. Adequação dos princípios contábeis brasileiros aos padrões internacionais. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 18, n. 40, p. 57-74, set./dez. 2018. ISSN (Online): 2175-8751.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA COORPORATIVA. **Governança Corporativa**. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em: 22 de jul. 2023.

JORDÃO, F.; SILVA, R. L. M. da. Effect of the fair value of biological assets on the cost debt: an international study. **Custos e Agronegócio Online**, v. 17, n. 4, p. 389-411, 2021. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero4v17/OK%2018%20biologicos%20english.pdf>> Acesso em: 23 out. 2022.

LERNER, A. F.; MACHADO, V. N.; DE SOUZA, R. B. L. Uma análise acerca das mudanças na contabilização de ativos biológicos portadores: um estudo nas empresas listadas na B3. **Revista de Informação Contábil**, v. 12, n. 4, p. 53-72, out/dez, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/239961>>. Acesso em: 22 out. 2022.

LIMA *et al.* Startups no agronegócio brasileiro: uma revisão sobre as potencialidades do setor. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus, v. 3, n. 1, p. 107-121, 2017. ISSN: 2447-5580. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/v3n1_10/pdf>. Acesso em 22 nov. 2022.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS, J. P. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: <<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821>>. Acesso em: 31 jul. 2023

MELLO, R. C.; CIA, J. N. S. Análise da harmonização contábil: uma comparação entre indicadores contábeis calculados pelo BR GAAP e US GAAP dos bancos com ADR listados na NYSE. **IX Congresso USP de Iniciação Científica**, São Paulo, 2007.

MELO, A. S.; SAMPAIO, Y. S. B; Uma nota sobre o impacto do preço do açúcar, do etanol e da gasolina na produção do setor sucroalcooleiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 70, n. 1, p. 61-69, jan/mar, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbe/a/zHjfG7WHqtGqDFXktBYhzc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MIKUSKA *et al.* Adoção do *Fair Value* na evidenciação de ativos biológicos: estudo de caso na produção de erva-mate. **Custos e Agronegócio Online**, v. 3, n. 4, p. 239-256, out./dez, 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Balança Comercial do Agronegócio**. ago, 2022. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/brasil-exporta-us-14-8-bilhoes-em-produtos-do-agronegocio-em-agosto/Notaaimprensa08_2022.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MOURA *et al.* Determinantes da qualidade da informação contábil em grandes companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, ISSN 1981-8610, Brasília, v.11, n. 3, art. 5, p. 329-346, jul./set, 2017.

NASCIMENTO, *et al.* Comitê de pronunciamentos contábeis: Um estudo bibliométrico e de redes sociais de 2008 a 2020. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. ISSN 2237-7662. v. 21, p. 1-21, 2022. Disponível em: <<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3263>>. Acesso em: 23 out. 2022.

NOGUEIRA, D. R *et al.* Value relevance das plantas portadoras: uma análise do processo de adoção do amendment do IAS 41 - agriculture nas companhias do agronegócio. **10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças**, UFSC, ano 2020, p. 1-15, 7 dez. 2020. Disponível em: <http://ccn-ufsc-cdn.s3.amazonaws.com/10CCF/20200713172621_id.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **Pronunciamento Técnico NBC TG 00(R2)**. Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **Pronunciamento Técnico NBC TG 27**: Ativo Imobilizado. Brasília, 2016. Disponível em: <[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27\(R4\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27(R4).pdf)>. Acesso em: 22 out. 2022.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **Pronunciamento Técnico NBC TG 29**: Ativo Biológico e Produto Agrícola. Brasília, 2009. Disponível em: <[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG29\(R2\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG29(R2).pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2022.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **Pronunciamento Técnico NBC TG 46**: Mensuração do Valor Justo. Brasília, 2012. Disponível em: <[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG46\(R2\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG46(R2).pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2023.

OLIVEIRA, D. L.; SCARMOCIN, L. F.; DA SILVA, R. L. M. Contabilidade de ativos biológicos no Brasil: análise do campo de conhecimento uma década após a edição do NBC TG 29. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, n.3, p.134-p.154, set./dez. 2020. ISSN 1984-3291. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/51465/pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

OLIVEIRA, K. M. S. **O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade e seus efeitos no Brasil: um estudo bibliométrico**. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34632/1/ProcessoConverge%cc%82nciaNormas.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio/jun./jul./ago, 2011. ISSN 1519-7077. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rcf/a/Z6SFns4b9dN3BThgqtk8jff/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PANDINI, J. STUPP, D. R.; FABRE, V. V. Análise do impacto das variáveis macroeconômicas no desempenho econômico-financeiro das empresas dos setores de consumo cíclico e não cíclico da BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 17, n. 51, p. 7-22, maio/ago, 2018. ISSN 1808-3781 - ISSN 2237-7662. Disponível em: <<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2606/2011>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PENHA *et al.* Disclosure quanto à nova forma de mensuração e reconhecimento sobre plantas portadoras (Bearer Plants). **RAGC**, v. 6, n. 25, 2018. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/1351>>. Acesso em: 22 out. 2022.

PRATA, B. C.; NOGUEIRA, D. R. Ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise bibliométrica sobre a produção nacional no período de 2009 a 2016. **Revista de Informação Contábil**, v. 11, n. 1, p. 76-91, jan./mar, 2017. ISSN 1982-3967. Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/230404/24544>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

QUELUZ, G. H.; SILVA, R. L. M.; NARDI, P. C. C. Alteração na mensuração de plantas portadoras no Brasil: análise individual e do agregado. **Custos e Agronegócio Online**, v. 15, n. 1, p. 111-140, 2019. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v15/OK%20%20biologicos.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2022

ROSA, C. S.; VENDRUSCULO, M. V.; DE SOUZA, R. B. L. Disclosure de ativos biológicos nas empresas brasileiras de agronegócios listadas na B3: análise pré e pós-alteração do NBC TG 29. In: XXIV SMEAD – ANAIS. **Anais eletrônicos**. Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://login.semead.com.br/24semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=1213 >. Acesso em: 21 out. 2022.

RUFINO, M. A.; DO MONTE, P. A. Fatores que Explicam a Divulgação Voluntária das 100 Empresas com Ações Mais Negociadas na BM&FBOVESPA. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set/dez 2014. Disponível em: <<http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrrj/article/view/2435/2102>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SALOTTI; B. M.; YAMAMOTO, M. M. Ensaio sobre a Teoria da Divulgação. **Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/20541/ensaio-sobre-a-teoria-da-divulgacao> >. Acesso em: 19 nov. 2022.

SANTOS, P. V. S.; DE ARAUJO, M. A. A importância da inovação aplicada ao agronegócio: uma revisão. **Revista Latino-Americana de Inovação e Engenharia de Produção**, v. 5, n. 7, p. 31-47, 2017.

SILVA *et al.* Condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar no Brasil e repercussões sobre a saúde dos canavieiros. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, 2020. ISSN: 2317-6369. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbso/a/qxZQzVNs6P8GzZYrthN5VCH/>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

SILVA, A.; BRIGHENTI, J.; KLANN, R. C. Efeitos da convergência às normas contábeis internacionais na relevância da informação contábil de empresas brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 10, n. 1, p. 121-138, jan./jun, 2018. ISSN 2176-9036. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/11016/9102>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SILVA, A.; DE SOUZA, T. R.; KLANN, R. C. A influência dos ativos intangíveis na relevância da informação contábil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 26-45, jan./abr. 2017. ISSN 2175-8069. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2017v14n31p26/34036>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SILVA, *et al.* Cana-de-açúcar: Aspectos econômicos, sociais, ambientais, subprodutos e sustentabilidade. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, 202. ISSN 2525-3409. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14163/15000>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SILVA, *et al.* Dissecando a mensuração da cana-de-açúcar a valor justo: buscando melhorias na informação contábil. **Custos e Agronegócio Online**, v. 18, p. 187-211, 2022. Disponível em: <https://anpcont.org.br/pdf/2019_CUE419.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

SILVA, G. L. **Adequação do NBC TG 29 à mensuração dos ativos biológicos de produção “bearer”: um estudo sobre empresas listadas na BM&FBOVESPA.** Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147285/000999631.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 out. 2022.

SIMÕES *et al.* Adequação do valor justo na mensuração dos ativos biológicos em empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Informação Contábil**. ISSN 1982-3967, v. 10, n. 1, p. 1-28, jan./mar, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/22259/185>>. Acesso em: 22 out. 2022.

SOUZA *et al.* Previsão de produção de cana-de-açúcar e seus derivados, através de ARIMA, no período de 2020 a 2025, na macrorregião Centro-Sul do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, 2022. ISSN 2525-3409. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27048/23672>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A. Value Relevance do Nível de Disclosure das Combinações de Negócios e do Goodwill Reconhecido nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, v. 28, n. 73, p. 77-92, jan./abr. 2017. ISSN

1808-057X. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rcf/a/h9fbHLPbwgRVymxmtxNhKJR/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 22 nov. 2022.

SOUZA, M. P. R.; SHIKIDA, P. F. A. *Bearer plants*: alteração na mensuração e impacto na posição econômico-financeira das empresas sucroenergéticas. **XIV Congresso Anpcont**. Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://anpcont.org.br/pdf/2020_CFF595.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2022.

SPERB, S. M.; PEDRON, A. P. B. Análise das demonstrações financeiras: Efeitos do valor justo dos ativos biológicos (R2). **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 10, n. 2, p. 61-89, 2021.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.97-180, Dec. 2001. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165410101000258>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VIEIRA, D. N.; RIBEIRO, A. M.; FERREIRA, M. P. Influência da divulgação das demonstrações contábeis para o mercado brasileiro de capitais. **XVII USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo. Anais do XVII USP de Iniciação Científica em Contabilidade. 2020. Disponível em:

<<https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2617.pdf>>.

Acesso em: 23 nov. 2022.

WANDERLEY, C. A. N.; SILVA, A. C.; LEAL, R. B. Tratamento Contábil de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas: uma Análise das Principais Empresas do Agronegócio Brasileiro. **Pensar Contábil**, v. 14, n. 53, p. 53-62, 2012. Disponível

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/7727/tratamento-contabil-de-ativos-biologicos-e-produtos-agricolas--uma-analise-das-principais-empresas-do-agronegocio-brasileiro>>. Acesso em: 29 nov. 2022.